



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Documento Nº

119893/23

EXERCÍCIO: 2023

SUBCATEGORIA: Licitações

JURISDICIONADO: Prefeitura Municipal de Patos

DATA DE ENTRADA: 05/12/2023

ASSUNTO: Licitação - 00046/2023 - Dispensa (Lei Nº 8.666/1993) - LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO À RUA DOMINGO LUGO, N 0056, QD C, LT 10, JARDIM CALIFORNIA, BRASÍLIA, PATOS-PB, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO, REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PATOS-PB.

INTERESSADOS: Mayra Mikaelle Dias Fernandes
Nabor Wanderley da Nobrega Filho

CARTA PROPOSTA PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL

PROPONENTE: MIGUEL NOBRE CAVALCANTI FILHO.

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS/PB

Prezados Senhores,

MIGUEL NOBRE CAVALCANTI FILHO, com CPF nº. 690.615.644-68, endereço Rua Sebastião F. de Lucena, s/n, Bairro Novo Horizonte, Patos/PB, proprietário de um imóvel localizado à Rua Domingo Lugo, nº 0056, QD C, LT 10, Jardim California, Brasília, Patos-PB, submete à apreciação de V. S^{as}., proposta relativa à locação do imóvel acima referenciado, sendo o valor conforme abaixo:

| PRAZO | VALOR MENSAL | VALOR TOTAL |
|--------------|---------------------|--------------------|
| 12 MESES | R\$ 3.500,00 | R\$ 42.000,00 |

Validade da proposta: 90 dias.

Atenciosamente;

Patos, 24 de novembro de 2023.



MIGUEL NOBRE CAVALCANTI FILHO

CPF: nº. 690.615.644-68



REQUERIMENTO

Patos, 27 de novembro de 2023.

Ao Senhor
FRANCIVALDO DIAS DE FREITAS
 Secretário de Administração
 Patos - Paraíba.

Referência: Solicitação de contratação de Locação de Imóvel.

Senhor Secretário,

Considerando o compromisso da Administração Pública do Município de Patos, para com sua população.

Considerando a necessidade prioritária do pleno e digno atendimento das atividades da GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO, REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL, a cargo da Secretaria Municipal de Saúde de Patos - PB.

Solicitamos a Vossa Senhoria que se digne a autorizar a abertura de um procedimento adequado para realizar o contrato de **LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO À RUA DOMINGO LUGO, Nº 0056, QD C, LT 10, JARDIM CALIFORNIA, BRASILIA, PATOS-PB, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO, REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PATOS-PB.**

Certo do seu pronto atendimento e sem mais para o momento, renovo meus sinceros votos de consideração e apreço.

POVO COMPETENTE
 PREFEITURA DA GENTE

AMANDA KIEVY LEITÃO DE OLIVEIRA
COORDENADORA DO NÚCLEO DE LICITAÇÃO E COMPRAS



PATOS
 POVO COMPETENTE
 PREFEITURA DA GENTE



Pacto Nacional pela
Primeira Infância



JUSTIFICATIVA

LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO À RUA DOMINGO LUGO, Nº 0056, QD C, LT 10, JARDIM CALIFORNIA, BRASÍLIA, PATOS-PB, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO, REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PATOS-PB..

“O município de Patos não possui local disponível para acomodação DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO, REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL, portanto, a locação faz-se necessária, sendo que atenderia essa necessidade se locado a esta Edilidade. Com o vencimento do contrato anterior, urge nova contratação, para que seja possível a continuidade ao atendimento as pessoas que se beneficiam daquela local.

O local já foi totalmente adaptado para atender as necessidades desta Secretaria, o que faz deste local o único imóvel capaz de atender as imposições para o desempenho da referida atividade administrativa.

Como visto acima, o imóvel é necessário ao desempenho das atividades administrativas, já que a Municipalidade não dispõe de locais suficientes para funcionamento de todas as secretarias e suas dependências, obrigando a Administração buscar solução outra, que não somente a aquisição definitiva de imóvel. A locação é uma solução viável e barata garantindo aos cofres públicos vultosa economia, assegurando o princípio básico da licitação, qual seja, a vantagem para a Administração Pública”.


AMANDA KIEVY LEITÃO DE OLIVEIRA

COORDENADORA DO NÚCLEO DE LICITAÇÃO E COMPRAS





Procedimento Licitatório.
Processo Administrativo nº 342/2023
Dispensa nº 046/2023

PARECER JURÍDICO Nº 1393/2023

EMENTA: Processo Licitatório – Lei n.º 8.666/1993. Dispensa em razão de valor – LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO À RUA DOMINGO LUGO, Nº 0056, QD C, LT 10, JARDIM CALIFÓRNIA, BRASÍLIA, PATOS-PB, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO E REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATOS/PB– Possibilidade Jurídica.

I - RELATÓRIO

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, encaminhou a esta Assessoria Jurídica o processo administrativo supracitado para emissão do parecer acerca da legalidade do procedimento para a LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO À RUA DOMINGO LUGO, Nº 0056, QD C, LT 10, JARDIM CALIFÓRNIA, BRASÍLIA, PATOS-PB, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO E REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATOS/PB, com fulcro no Art. 24, Inciso X da Lei n.º 8.666/1993.

A abertura do presente processo licitatório, encontra-se embasado na solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Saúde, contidos no ofício da presente secretaria.

A escolha de **MIGUEL NOBRE CAVALCANTI FILHO, CPF/CNPJ nº 690.615.644-48**, se deu em razão do referido imóvel atender as necessidades da municipalidade e melhor atendimento aos usuários.

Com vistas à instrução do Processo Administrativo, foram anexados aos autos, em resumo, os seguintes documentos:

- a) *Solicitação e justificativa da Secretaria de Saúde;*
- b) *Autorização para abertura de procedimento licitatório;*
- c) *Despacho da Sra. Secretária de Finanças, Planejamento, Orçamento e Gestão, informando a existência de disponibilidade financeira de recursos e disponibilidade financeira no Orçamento de 2023 para o custeio da despesa;*
- d) *Autuação;*
- e) *Cópia do ato de designação do Presidente da CPL e respectivos Membros;*
- f) *Foi anexado ao processo toda documentação fiscal, trabalhista, financeira e tributária do imóvel;*
- g) *Despacho de encaminhamento a esta Assessoria.*

Desta forma, solicita a emissão de Parecer a respeito da adequação dos fatos descritos aos condicionamentos legalmente estabelecidos para a contratação direta mediante Dispensa de Licitação para locação de imóvel.

É o que passo a fazer sobre o prisma estritamente jurídico.





II - FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, salienta-se que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à legislação pertinente, incumbe, a este órgão de Assessoramento Jurídico, prestar consultoria sob o prisma jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Gerência de Licitação, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

É cediço que as minutas dos editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica da Administração.

Indubitavelmente, as prestações de serviço da Administração Pública, em geral, são realizadas por meio do competente processo licitatório com o escopo de buscar a proposta mais vantajosa para aquela, notadamente em respeito aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia, bem como aos específicos sobre a matéria, v.g., probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Cumprindo aduzir que a Lei n.º 8.666/1993, trata da dispensa da licitação, pelo limite de preços, no inciso X do Art. 24, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

A obrigatoriedade de procedimento licitatório nas contratações de serviços e aquisições de bens feitos pela Administração tem o seu berço na Constituição Federal, transplantada para a Lei n.º 8.666/1993, permitindo esta, também com base constitucional, a previsão da exceção de não licitar.

Na inteligência de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes¹:

“Para que a situação possa implicar dispensa de licitação, deve o fato concreto enquadrar-se no dispositivo legal, preenchendo todos os requisitos. Não é permitido qualquer exercício de criatividade ao administrador, encontrando-se as hipóteses de licitação dispensável previstas expressamente na lei, *numerus clausus*, no jargão jurídico, querendo significar que são aquelas hipóteses que o legislador expressamente indicou que comportam dispensa de licitação”.

¹ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *Contratação Direta sem Licitação*, Ed. Brasília Jurídica, 5ª Edição, p. 289.





A opção pela Dispensa de licitação deve ser justificada pela Administração. Justificativa essa que comprove indiscutivelmente a sua conveniência, resguardando o interesse social público. Isso equivale a dizer que o administrador, ao seu alvedrio, sem comprovado bônus ao erário público e ao interesse precípua da Administração, não pode optar pela dispensa de licitação. Ela precisa ser oportuna, sob todos os aspectos, para o Poder Público.

Direcionando o foco da exceção de não licitação para o Inciso X do Art. 24 da Lei n.º 8.666/1993, temos que nesse caso, a ausência de licitação deriva da impossibilidade de o interesse público ser satisfeito através de outro imóvel, que não aquele selecionado. As características do imóvel (tais como localização, dimensão, edificação, destinação etc.) são relevantes, de modo que a Administração não tem outra escolha.

Antes de promover a contratação direta, a Administração deverá comprovar a impossibilidade de satisfação do interesse público por outra via e apurar a inexistência de outro imóvel para atendê-lo.

A contratação dependerá de três requisitos: **necessidade de imóvel para desempenho das atividades administrativas; adequação de um determinado imóvel para satisfação do interesse público específico; compatibilidade de preço (ou aluguel) com os parâmetros do mercado.**

4. DOS ASPECTOS LEGAIS

No que se refere ao cumprimento dos aspectos legais, esta Assessoria Jurídica constatou:

4.1. Quanto à instauração do processo:

a) Foi feita solicitação da Unidade Competente para abertura de licitação, com esteio na exigência da Lei n.º 8.666/1993, Art. 38.º.

b) Houve autorização por agente competente para abertura do procedimento administrativo, com fundamento na Lei n.º 8.666/1993.

c) Portaria que nomeou o Presidente e membros da CPL, com base na Lei n.º 8.666/1993, Art. 38.º, III.

4.2. Do valor da Dispensa

O valor total da contratação da Locação acima mencionados será de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), conforme parecer avaliativo em anexo aos autos.

Ressaltamos, ainda, que os valores estão dentro do valor de mercado, conforme consta no parecer técnico avaliativo apresentada e foi o menor preço dentre os cotados.

4.3. Quanto ao processo administrativo

a) Dispensa fundamentada em razão de locação de imóvel, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, Art. 24, X.





b) Documentos referentes à habilitação do proponente, conforme a Lei nº 8.666/1993 – Documentos da Regularidade Fiscal, anexo aos autos.

Assim, compulsando os autos, temos que o presente procedimento não apresenta vícios nem defeitos, tendo sido observado, em todo o seu trâmite, os comandos normativos regentes, razão pela qual entende este órgão jurídico deva ser o mesmo homologado.

Outrossim, por derradeiro, cumpre aduzir que para o presente procedimento atinja a validade jurídica plena, deve haver ocorrer a publicação em Órgão Oficial de Imprensa, da Ratificação, pela Prefeita Municipal, da presente Dispensa, bem como, após a formalização do Contrato de Locação, do seu Extrato, nos termos do *caput* do Art. 26 e do Parágrafo Único do Art. 61 da Lei n.º 8.666/1993, conforme abaixo:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

(...)

Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.

Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Sinalo, ainda, que o presente parecer diz respeito também, a minuta do contrato em anexo, salientando que, pode-se atestar que tal instrumento obedece às determinações especificadas no artigo 55, da Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações, tais como: especificações do objeto, pagamento, valor, reajustes, causas de rescisão, obrigações, fontes de recursos financeiras e orçamentárias, prazo de vigência, etc.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo exposto, e uma vez demonstrado de forma efetiva a potencialidade de dano caso não haja continuidade nos serviços públicos essenciais, mostrando-se a contratação direta como única via apta a eliminar um procedimento custoso e caro, opino pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA DA CONTRATAÇÃO** em tela, por meio da **Dispensa nº 046/2023 - PMP**.

Manifesta-se também favorável à contratação de MIGUEL NOBRE CAVALCANTI FILHO, CPF/CNPJ nº 690.615.644-48, para LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO À RUA

Página | 4





DOMINGO LUGO, Nº 0056, QD C, LT 10, JARDIM CALIFÓRNIA, BRASÍLIA, PATOS-PB, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO E REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATOS/PB, no valor total de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Por fim, declara-se favorável, também, a aprovação da minuta de contrato e ata de reunião, uma vez que atende as necessidades elencadas na Lei de Licitação.

Este é o Parecer que levamos ao conhecimento do Sr. Presidente da CPL, para que adote a **Decisão** que entenda mais adequada, devendo:

i) haver, se entender pela contratação, a **Ratificação do presente procedimento**, pelo(a) Sr.(a) Secrerário(a) de Saúde do Município de Patos (PB);

ii) encaminhar-se o presente processo para os **ulteriores procedimentos**.

É o parecer, *sub censura*.

À elevada consideração superior.

Patos-PB, 30 de novembro de 2023.


MAYRA MIKAELLE DIAS FERNANDES
 Assessora Jurídica
 OAB-PB 26.838

PATOS
 POVO COMPETENTE
 PREFEITURA DA GENTE





DESPACHO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Declaro a EXISTÊNCIA DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA proveniente do orçamento vigente e declaro ainda a EXISTÊNCIA DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA proveniente de recursos ordinários, para o objeto **LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO À RUA DOMINGO LUGO, Nº 0056, QD C, LT 10, JARDIM CALIFORNIA, BRASÍLIA, PATOS-PB, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO, REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PATOS-PB.**

Estima-se a despesa no valor global de **RS 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS)**

| | |
|--|---|
| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.0100 | ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36 |
| CASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 | |
| 2039 Manutenção das Atividades Administrativas da SEMUSA | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 |
| ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36 | CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002 |
| | 2057 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada |
| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.100 | ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36 |
| CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 | |
| 2041 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - Outros Recursos | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 |
| ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36 | CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002 |
| | 2058 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada - |
| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 | ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36 |
| CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 | |
| 2055 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 |
| ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36 | CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 305 1002 |
| | 2060 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância em Saúde |
| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 | ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36 |
| CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 | |
| 2056 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária - | |

Patos/PB, 28 de novembro de 2023.

Maria José de F. A. M.
MARIA JOSÉ DE FARIAS ARANHA MONTEIRO
Secretária de Finanças, Planejamento, Orçamento e Gestão





**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 342/2023
DISPENSA DE LICITACAO Nº. 046/2023**

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO À RUA DOMINGO LUGO, Nº 0056, QD C, LT 10, JARDIM CALIFORNIA, BRASILIA, PATOS-PB, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO, REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PATOS-PB..

Com base nas informações constantes no Processo nº. 342/2023, referente à dispensa de Licitação nº. 046/2023, embasado no Relatório da Comissão Permanente de Licitação, Parecer da Assessoria Jurídica, e em cumprimento aos termos do Artigo 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, acolho o relatório, **RATIFICO** o presente em favor da Sra. **MIGUEL NOBRE CAVALCANTI FILHO**, com CPF sob nº. 690.615.644-68, com endereço à Rua Sebastião F. de Lucena, s/n, Bairro Novo Horizonte, Patos/PBB, cujo objeto é **LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO À RUA DOMINGO LUGO, Nº 0056, QD C, LT 10, JARDIM CALIFORNIA, BRASILIA, PATOS-PB, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO, REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PATOS-PB**, no *VALOR GLOBAL: R\$ 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS); VALOR MENSAL: R\$ 3.500,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS)*, por 12 (doze) meses, para a locação em referência fundamentada no Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, em consequência, fica convocado o proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 24, *caput*, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei.

Patos/PB, 30 de novembro de 2023

LEÓNIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde





RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 05/12/2023 às 11:43:44 foi protocolizado o documento sob o Nº 119893/23 da subcategoria Licitações , exercício 2023, referente a(o) Prefeitura Municipal de Patos, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Mayra Mikaelle Dias Fernandes.

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Patos
Número da Licitação: 00046/2023
Órgão de Publicação: Jornal Oficial do Município
Data de Homologação: 30/11/2023
Responsável pela Homologação: Prefeitura Municipal de Patos
Modalidade: Dispensa (Lei Nº 8.666/1993)
Tipo do Objeto: Compras e Serviços
Tipo de Compra ou Serviço: Outros
Valor: R\$ 42.000,00

Fontes de Recursos: Recursos não Vinculados de Impostos (500).

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO À RUA DOMINGO LUGO, N 0056, QD C, LT 10, JARDIM CALIFORNIA, BRASÍLIA, PATOS-PB, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO, REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PATOS-PB.

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

Proposta 1 - Valor da Proposta: R\$ 42.000,00

Proposta 1 - Proponente Pessoa Física (Nome): Miguel Nobre Cavalcanti Filho

Proposta 1 - Proponente Pessoa Física (CPF): 690.615.644-68

Proposta 1 - Situação: Vencedora

| Documento | Informado? | Autenticação |
|--|------------|----------------------------------|
| Declaração de atendimento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. | Não | |
| Justificativa da contratação | Sim | e53eb08c484b8a54f367f8252fe90685 |
| Justificativa do preço contratado | Não | |
| Justificativa para a escolha do contratado | Não | |
| Parecer técnico e/ou jurídico | Sim | c95e852bc0363d646abb8d483c3a9c15 |
| Previsão Orçamentária | Sim | c2ada945687e86ca875ded08e952310e |
| Projeto básico ou termo de referência | Não | |
| Proposta 1 - Proposta e Anexos - Miguel Nobre Cavalcanti Filho | Sim | f28fb56aafac731564e5ca320c0056aa |
| Ratificação | Sim | 9c98b1fd6f526bc7dfeaebe2502fc461 |

João Pessoa, 05 de Dezembro de 2023



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB



TERMO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº342/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 046/2023

CONTRATO Nº 2.386/2023

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATOS - PB, E A MIGUEL NOBRE CAVALCANTI FILHO CUJO OBJETO LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AS INSTALAÇÕES DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO, REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL DURANTE O EXERCÍCIO E 2023.

Pelo presente instrumento contratual, de um lado, a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATOS – PB, órgão integrante da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Patos, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ Nº 09.084.815/0001-70, com endereço à Rua Epitácio Pessoa, 91, Centro, no Município de Patos, Estado da Paraíba, representada pela sua Secretária, a Sra. LEÔNIDAS DIAS DE MEDEIROS, denominada, LOCATÁRIA e de outro lado **MIGUEL NOBRE CAVALCANTI FILHO**, com CPF nº. 690.615.644-68, endereço Rua Sebastião F. de Lucena, s/n, Bairro Novo Horizonte, Patos/PB, doravante denominada **LOCADOR**, têm entre si justo e contratado a locação de imóvel, destinado a atender as instalações da GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO, REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL, **A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATOS - PB**, durante o ano de 2023, processado por licitação na modalidade de Dispensa nº 046/2023, Processo Administrativo n.º 342/2023, sujeitando-se às normas da Lei federal nº. 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e às seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

I. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este Termo de Contrato tem como objeto a **LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO À RUA DOMINGO LUGO, Nº 0056, QD C, LT 10, JARDIM**





CALIFORNIA, BRASÍLIA, PATOS-PB, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO, REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PATOS-PB.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1. O presente Termo de Contrato é formalizado com fundamento no art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666, de 1993, o qual autoriza a dispensa de licitação para a “locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia”.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA LOCADORA

3.1. A LOCADORA obriga-se a:

3.1.1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta;

3.1.2. Fornecer declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte da LOCATÁRIA;

3.1.3. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

3.1.4. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

3.1.5. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

3.1.6. Auxiliar a LOCATÁRIA na descrição minuciosa do estado do imóvel, quando da realização da vistoria;

3.1.7. Fornecer à LOCATÁRIA recibo discriminando as importâncias pagas, vedada a quitação genérica;

3.1.8. Pagar as taxas de administração imobiliária, se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente;

3.1.9. Pagar as despesas extraordinárias, entendidas como aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do imóvel, como:

c. Obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;



Pacto Nacional pela
**Primeira
Infância**



d. Indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas em data anterior ao início da locação;

3.1.10. Entregar, em perfeito estado de funcionamento, o sistema hidráulico e a rede elétrica;

3.1.11. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação;

3.1.12. Informar à LOCATÁRIA quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA LOCATÁRIA

4.1. A LOCATÁRIA obriga-se a:

4.1.1. Pagar o aluguel e os encargos da locação exigíveis, no prazo estipulado neste Termo de Contrato;

4.1.2. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;

4.1.3. Realizar vistoria do imóvel, antes da entrega das chaves, para fins de verificação minuciosa do estado do imóvel, fazendo constar do Termo de Vistoria os eventuais defeitos existentes;

4.1.4. Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria inicial, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal;

4.1.5. Comunicar à LOCADORA qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

4.1.6. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo da LOCADORA, sendo assegurado à LOCATÁRIA o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.245, de 1991;

4.1.7. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;

4.1.8. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito da LOCADORA;





4.1.9. Entregar imediatamente à LOCADORA os documentos de cobrança de tributos, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada à LOCATÁRIA;

4.1.10. Pagar as despesas ordinárias, entendidas como aquelas necessárias à sua administração, como: consumo de água e esgoto, gás, luz e força das áreas de uso comum;

f. Limpeza, conservação e pintura das instalações e dependências de uso comum;

g. Manutenção e conservação das instalações e equipamentos hidráulicos, elétricos, mecânicos e de segurança, de uso comum;

h. Pequenos reparos nas dependências e instalações elétricas e hidráulicas de uso comum;

i. Rateios de saldo devedor, salvo se referentes a período anterior ao início da locação;

j. Pagar as despesas de telefone e de consumo de energia elétrica, gás (se houver) e água e esgoto;

4.1.11. Permitir a vistoria do imóvel pela LOCADORA ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei nº 8.245, de 1991;

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

5.1. As benfeitorias necessárias introduzidas pela LOCATÁRIA, ainda que não autorizadas pela LOCADORA, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245, de 1991, e o artigo 578 do Código Civil.

5.1.1. A LOCATÁRIA fica desde já autorizada a fazer, no imóvel locado, as adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades.

5.2. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, tapetes, etc., poderão ser retiradas pela LOCATÁRIA, devendo o imóvel locado, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO ALUGUEL

6.1. O valor do aluguel mensal é de: R\$ 3.500,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS), perfazendo o valor total de R\$ 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS)

6.2. Os encargos locatícios incidentes sobre o imóvel (água e esgoto, energia elétrica,





tributos, etc.), cujo pagamento tenha sido atribuído contratualmente à LOCATÁRIA, serão suportadas proporcionalmente, em regime de rateio, a partir da data do efetivo recebimento das chaves.

6.2.1. O acerto desta proporção se dará na primeira parcela vencível da despesa após a data de entrega das chaves, pagando LOCADORA e LOCATÁRIA suas respectivas partes da parcela. Caso a LOCATÁRIA pague na integralidade, a parte de responsabilidade da LOCADORA será abatida no valor do aluguel do mês subsequente. A mesma proporção também será observada no encerramento do contrato, promovendo-se o acerto preferencialmente no pagamento do último aluguel.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento do aluguel será efetuado mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao vencido, desde que o recibo locatício, ou documento de cobrança correspondente, tenha sido apresentado pela LOCADORA com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

7.1.1. Caso a antecedência mínima não seja observada, o pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis da data da apresentação do recibo locatício ou documento de cobrança correspondente pela LOCADORA.

7.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, do documento de cobrança apresentado pela LOCADORA.

7.3. Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou dos documentos pertinentes à locação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a LOCADORA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a LOCATÁRIA.

7.4. Antes do pagamento, a LOCATÁRIA verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do FISCAL nos sites oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal federal e municipal, devendo seu resultado ser impresso e juntado ao processo de pagamento.





7.5. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela LOCADORA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

7.6. e estabelecimento bancário indicado pela LOCADORA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

7.7. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.8. A LOCATÁRIA não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela LOCADORA, que porventura não tenha sido acordada neste Termo de Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

8.1.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses com início na data da assinatura, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.245, de 1991.

8.1.2. Os efeitos financeiros da contratação só terão início a partir da data da entrega das chaves, mediante Termo, precedido de vistoria do imóvel.

8.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

8.1.4. Caso não tenha interesse na prorrogação, a LOCADORA deverá enviar comunicação escrita à LOCATÁRIA, com antecedência mínima de 10(*dez*) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

9. CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA EM CASO DE ALIENAÇÃO

9.1. Este contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do artigo 8º da Lei nº 8.245, de 1991.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

10.1. Será admitido o reajuste do valor locatício mensal, em contrato com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do (*Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M ou Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI*), ou





outro que venha

10.2. substituí-lo, divulgado pela *Fundação Getúlio Vargas – FGV*, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

10.3. O reajuste, decorrente de solicitação da LOCADORA, será formalizado por apostilamento, salvo se coincidente com termo aditivo para o fim de prorrogação de vigência ou alteração contratual.

10.4. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, a LOCADORA aceita negociar a adoção de preço compatível ao mercado de locação no município em que se situa o imóvel.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Patos - PB, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.0100

CASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002

2039 Manutenção das Atividades Administrativas da SEMUSA

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.100

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002

2041 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - Outros Recursos

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130

CLASSIFICAÇÃO FUNICIONAL: 10 301 1002

2055 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130

CLASSIFICAÇÃO FUNICIONAL: 10 301 1002

2056 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária -

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002

2057 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130

CLASSIFICAÇÃO FUNICIONAL: 10 302 1002

2058 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada -



PATOS
POVO COMPETENTE
PREFEITURA DA GENTE



Pacto Nacional pela
Primeira Infância



ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 305 1002

2060 Bloco de Custeio das Ações e Serviços

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130

Públicos de Saúde da Vigilância em Saúde

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização do presente Termo de Contrato será exercida por um representante da LOCATÁRIA, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.

12.1.1. A LOCADORA poderá indicar um representante para representá-lo na execução do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados neste instrumento, sujeitará a LOCADORA, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

f. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

g. Multa:

g.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, injustificado, sobre o valor mensal da locação;

h. Compensatória de 10% (dez) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial de obrigação assumida.

i. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Patos - PB, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

j. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública,



PATOS
POVO COMPETENTE
PREFEITURA DA GENTE



Pacto Nacional pela
Primeira Infância



enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a LOCADORA ressarcir a LOCATÁRIA pelos prejuízos causados;

14.1.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.2. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas acima, as empresas que, em razão do presente contrato:

14.2.1. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

14.2.2. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a LOCATÁRIA em virtude de atos ilícitos praticados.

14.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à LOCATÁRIA, observado o princípio da proporcionalidade.

14.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à LOCATÁRIA serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10(*dez*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela LOCATÁRIA.

14.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADFOR.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. A LOCATÁRIA poderá rescindir este Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta à LOCADORA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

15.1.1. A rescisão por descumprimento das cláusulas e obrigações contratuais acarretará a





execução dos valores das multas e indenizações devidas à LOCATÁRIA, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados, além das penalidades previstas neste instrumento.

15.2. Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com exceção das previstas nos incisos VI, IX e X, que sejam aplicáveis a esta relação locatícia.

15.2.1. Nas hipóteses de rescisão de que tratam os incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que ausente a culpa da LOCADORA, a LOCATÁRIA a ressarcirá dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

15.2.2. Caso, por razões de interesse público, devidamente justificadas, nos termos do inciso XII do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 1993, a LOCATÁRIA decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique a LOCADORA, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

15.3. Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoronamento, desapropriação, caso fortuito ou força maior, etc., a LOCATÁRIA poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação, ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.

15.4. O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente à LOCADORA ou por via postal, com aviso de recebimento.

15.5. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.6. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

15.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.6.2. Indenizações e multas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-





se-ão pelas disposições contidas na Lei nº 8.245, de 1991, e na Lei 8.666, de 1993, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Patos - Estado da Paraíba.

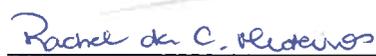
17.2. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

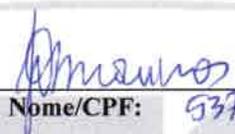
Patos/PB, 30 de novembro de 2023.


LEÔNIDAS DIAS DE MEDEIROS
 Secretário Municipal de Saúde
 LOCATÁRIO


MIGUEL NOBRE CAVALCANTI
FILHO
 LOCADOR
 CPF: nº. 690.615.644-68

TESTEMUNHAS:


 Nome/CPF: 099.902.326-81


 Nome/CPF: 537 370 321-91

PATOS
 POVO COMPETENTE
 PREFEITURA DA GENTE



ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE GRADIL COM INSTALAÇÃO PARA O GINÁSIO DE ESPORTES RIVALDO MEDEIROS "O RIVALDÃO" NO MUNICÍPIO DE PATOS - PB, proveniente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2023, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PATOS e a empresa AUTOPORTAS METALURGICA LTDA, já qualificado anteriormente.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 79, II, e 78, XII, da Lei 8.666/93.

DATA DE RESCISÃO: 29 de Novembro de 2023.

GERMANA NUNES WANDERLEY

Secretaria Municipal Cultura, Esporte e Turismo

Publicado por:

Renato Montero Campos

Código Identificador:C77CD4E5

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO**

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS - PB

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2023 - PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 336/2023

OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS PERMANENTES VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS/PB.

Data para cadastro das propostas: 01/12/2023 as 09:00 horas:

Data para abertura das propostas: 13/12/2023 as 09:00 horas

Início da sessão pública de lances: 13/12/2023 às 09:01 horas (horário de Brasília),

O edital está disponível nos sites:

<https://tramita.tce.pb.gov.br/tramita/pages/main.jsf>;

http://patos.pb.gov.br/governo_e_municipio/avisos_de_licitacao;

<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/Processos/>.

Informações complementares: E- mail: pregao@patos.pb.gov.br

Telefone: (83) 993849765

Centro Administrativo Municipal Aderbal Martins de Medeiros, Rua Horácio Nóbrega, S/N, Bairro Belo Horizonte, Patos/PB.

PATOS - PB, 30 de novembro de 2023.

ROBEVALDO DE ANDRADE LEITE

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

Robervaldo de Andrade Leite

Código Identificador:FF451FOA

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 2.328/2023**

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2023

CONTRATO Nº 2.328/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS.

CONTRATADO: JOSE SANTOS NETO.

CNPJ: 26.862.173/0001-02.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÁGUA MINERAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS/PB.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 52.500,00 (CINQUENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato será celebrado com a vigência iniciando-se na data de sua assinatura até o final do exercício financeiro vigente.

Dotação Orçamentária: Conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, NA LEI DE Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002, NO DECRETO Nº 3.555, DE 08 AGOSTO DE 2000.

Patos - PB, 06 de Novembro de 2023.

FRANCIVALDO DIAS DE FREITAS

Secretário Municipal de Administração

Ordenador de Despesas

Publicado por:

Renato Montero Campos

Código Identificador:2C3A1171

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO RATIFICAÇÃO DISPENSA N.º 046/2023**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 342/2023

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO À DOMINGO LUGO, Nº 0056, QD C, LT 10, JARDIM CALIFORNIA, BRASÍLIA, PATOS-PB, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO, REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PATOS-PB.

INTERESSADO: MIGUEL NOBRE CAVALCANTI FILHO

CPF: 690.615.644-68

Fundamento Art. 24, Inciso X da Lei 8.666/93.

FONTE DE RECURSO: Orçamento Vigente 2023.

VALOR GLOBAL: R\$ 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS).

PERÍODO DA EXECUÇÃO: 12 (doze) MESES

Ratifico, com base no parecer emitido pela Assessoria Jurídica, o referido processo de dispensa.

Patos, 30 de novembro de 2023.

LEÔNIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:

Rachel da Costa Medeiros

Código Identificador:5C79E091

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 2.386/2023**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 342/2023

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 046/2023 - Dispensa de Licitação.

CONTRATO Nº: 2.386/2023

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: MIGUEL NOBRE CAVALCANTI FILHO

CPFJ Nº: 690.615.644-68

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO À DOMINGO LUGO, Nº 0056, QD C, LT 10, JARDIM CALIFORNIA, BRASÍLIA, PATOS-PB, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO, REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PATOS-PB.

VALOR GLOBAL: VALOR GLOBAL: R\$ 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS); VALOR MENSAL: R\$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses com início na data de assinatura.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme orçamento vigente.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso X da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

Patos/PB, 30 de novembro de 2023

LEÔNIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:

Rachel da Costa Medeiros

Código Identificador:46362BE1

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SÃO MAMEDE**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 0005/2023

A Prefeitura Municipal de São Mamede-PB através do seu Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento dos interessados, a licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 00005/2023**, tipo menor preço, com sessão de julgamento **as 08:00 horas** (horário de Brasília-DF) **dodia 14/12/2023**, para o objeto **Contratação de empresa especializada para prestar serviço de reparo mecânico com fornecimento de peças na máquina pá carregadeira, marca Hyundai, modelo HL740-9S, Motor Cummins, série B.** O Edital e anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico <http://www.saomamede.pb.gov.br> e <https://www.tramita.tce.pb.gov.br/>.

São Mamede -PB, 30 de Novembro de 2023

JOSE LUIZ DA COSTA NETO -

Pregoeiro

Publicado por:

Jose Luiz da Costa Neto

Código Identificador:C78286CB

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE**

Prefeitura Municipal de São Mamede

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 0006/2023

A Prefeitura Municipal de São Mamede-PB através do seu Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento dos interessados, a licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 00006/2023**, tipo menor preço, com sessão de julgamento **as 09:00 horas** (horário de Brasília-DF) **dodia 14/12/2023**, para o objeto **Contratação de empresa especializada para prestar serviço de aluguel de equipamentos para realização do réveillon no município de São Mamede-PB.** O Edital e anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico <http://www.saomamede.pb.gov.br> e <https://www.tramita.tce.pb.gov.br/>.

São Mamede -PB, 30 de Novembro de 2023

JOSE LUIZ DA COSTA NETO -

Pregoeiro

Publicado por:

Jose Luiz da Costa Neto

Código Identificador:14F06A9A

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SERRA REDONDA**

**GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº. 677, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2023**

AUTOR: PREFEITO FRANCISCO BERNARDO DOS SANTOS

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE INCENTIVO POR DESEMPENHO DE METAS DO PROGRAMA PREVINE BRASIL PREVISTO NA PORTARIA Nº. 102, DE 20 DE JANEIRO DE 2022, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA REDONDA/PB, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu com fundamento no artigo 43 da Lei Orgânica Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Incentivo por Desempenho e Qualidade dos Serviços de Saúde, com base na Portaria nº. 2.979, de 12 de novembro de 2019 e a Portaria nº. 102, de 20 de janeiro de 2022, do Ministério Da Saúde, que estabelece o novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 2º O Incentivo por Desempenho e Qualidade dos Serviços de Saúde possui os seguintes objetivos:

I - institucionalizar a avaliação e o monitoramento de indicadores nos serviços para subsidiar a definição de prioridades e programação de ações para melhoria da qualidade dos serviços de saúde;

II - estimular a participação dos profissionais no processo contínuo e progressivo de melhoramento dos padrões e indicadores de acesso e de qualidade que envolva a gestão, os processos de trabalho e os resultados alcançados;

III - incentivar financeiramente o bom desempenho de profissionais, estimulando-os na busca de melhores resultados para a qualidade de vida da população.

Art. 3º O incentivo a que se refere o artigo 1º desta Lei será pago com recursos do Incentivo Financeiro do Programa Previne Brasil, transferido fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, em decorrência dos resultados dos indicadores previstos na Portaria nº. 102, de 20 de janeiro de 2022, do Ministério Da Saúde, que dispõe sobre os indicadores do pagamento por desempenho.

§ 1º O Município fica desobrigado do pagamento do incentivo de desempenho, caso o Ministério da Saúde deixe de repassar recursos pertinentes.

§ 2º Caso o repasse do Governo Federal seja feito de forma proporcional, pelo não atingimento das metas na integralidade, o incentivo pago aos profissionais da saúde tomará por base o montante repassado no respectivo quadrimestre.

Art. 4º Do valor global do recurso financeiro pertinente ao repasse inerente ao Incentivo Financeiro da Atenção Primária em Saúde - Desempenho repassado mensalmente Fundo a Fundo para o Município de Serra Redonda pelo Ministério da Saúde, o valor equivalente a 100% (cem por cento) será destinado ao pagamento de Incentivo por Desempenho do Programa Previne Brasil, sendo 30% (trinta por cento) do total destinado a Gestão Municipal para ações de Estruturação da Atenção Primária a Saúde e 70% (setenta por cento) do montante total rateado entre os profissionais das equipes, apoio técnico, Equipe Multiprofissional do eNASF e Coordenadores respeitando as proporções estabelecidas, conforme o disposto a seguir.

Parágrafo único. Para finalidade de rateio entre os profissionais consideraremos o percentual destinado para rateio como 100% (cem por cento):

I - O percentual de 93% (noventa e três por cento) deverá ser pago aos servidores lotados nas Equipes de Saúde e o apoio (recepção e serviços gerais) da respectiva Equipe, em partes iguais;

II - O percentual de 02 (dois por cento) deverá ser pago aos Coordenadores da APS – Atenção Primária à Saúde, Saúde Bucal e gerência em Saúde;



DESPACHO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Declaro a EXISTÊNCIA DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA proveniente do orçamento vigente e declaro ainda a EXISTÊNCIA DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA proveniente de recursos ordinários, para o objeto **LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO À RUA DOMINGO LUGO, Nº 0056, QD C, LT 10, JARDIM CALIFORNIA, BRASÍLIA, PATOS-PB, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO, REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PATOS-PB.**

Estima-se a despesa no valor global de **RS 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS)**

| | |
|--|---|
| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.0100 | ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36 |
| CASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 | |
| 2039 Manutenção das Atividades Administrativas da SEMUSA | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 |
| ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36 | CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002 |
| | 2057 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada |
| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.100 | ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36 |
| CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 | |
| 2041 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - Outros Recursos | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 |
| ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36 | CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002 |
| | 2058 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada - |
| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 | ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36 |
| CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 | |
| 2055 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária | UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 |
| ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36 | CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 305 1002 |
| | 2060 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância em Saúde |
| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 | ELEMENTO DE DESPESA: 3390.36 |
| CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 | |
| 2056 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária - | |

Patos/PB, 28 de novembro de 2023.

M. J. de F. A. M.
MARIA JOSÉ DE FARIAS ARANHA MONTEIRO
Secretária de Finanças, Planejamento, Orçamento e Gestão





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: MIGUEL NOBRE CAVALCANTI FILHO
CPF: 690.615.644-68

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:37:58 do dia 26/10/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/04/2024.

Código de controle da certidão: **BC6B.A6EF.B98D.7BB7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



CERTIDÃO

CÓDIGO: B53A.7741.85C6.869A

Emitida no dia 31/10/2023 às 09:47:41

Identificação do requerente:

CNPJ/CPF: 690.615.644-68

R.G. :

Certifico, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os assentamentos existentes neste órgão, que o requerente supra identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual, **com relação a débitos fiscais administrativos e inscritos em Dívida Ativa**. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado da Paraíba.

A presente Certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito de a Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida **por 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço *Validar Certidão de Débito* na página www.sefaz.pb.gov.br.

CONCEDIDA NOS TERMOS DO ARTIGO 159 DA LEI 10.094, DE 27/09/2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS

SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Endereço: AV. EPITÁCIO PESSOA, 91-CENTRO Telefone: (83)3421-2108 CNPJ: 09.084.815/0001-70

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

CERTIFICO, para os devidos fins, que, de conformidade com as informações constantes no software de arrecadação tributária desta edilidade e com base na legislação em vigor, constatantes a **EXISTÊNCIA DE DÉBITOS FICAIS** em face do contribuinte ou responsável abaixo identificado, **CUJA EXIGIBILIDADE ENCONTRA-SE SUSPensa**.

| | |
|---|-----------------------|
| Nome: MIGUEL NOBRE C. FILHO | Sequencial: 104111 |
| CPF/CNPJ: 690.615.644-68 | Validade: 27/01/2024 |
| Localização: Endereço: DOMINGOS LUGO R 56 Localização: JARDIM CALIFORNIA PATOS 58700000 | |
| Observação: | |

A presente certidão tem os mesmos efeitos de certidão negativa, por força do exposto no artigo 169 do Código Tributário Municipal, e nos artigos 151, III e 206 do Código Tributário Nacional.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS se reserva o direito de cobrar quaisquer débitos que venham a ser posteriormente apurados.

Para validar a autenticidade desse documento acesse o Portal do Contribuinte.

3EF3B34855027615B15E4EA676DF10F30E899F6A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MIGUEL NOBRE CAVALCANTI FILHO

CPF: 690.615.644-68

Certidão n°: 59332570/2023

Expedição: 26/10/2023, às 09:33:38

Validade: 23/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MIGUEL NOBRE CAVALCANTI FILHO**, inscrito(a) no CPF sob o n° **690.615.644-68**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 05/12/2023 às 11:46:13 foi protocolizado o documento sob o Nº 119896/23 da subcategoria Contratos , exercício 2023, referente a(o) Prefeitura Municipal de Patos, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Mayra Mikaelle Dias Fernandes.

Número do Contrato: 000023862023

Data da Publicação: 01/12/2023

Data da Assinatura: 30/11/2023

Data Final do Contrato: 01/12/2023

Valor Contratado: R\$ 42.000,00

Situação do Contrato: Expirado

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO À RUA DOMINGO LUGO, N 0056, QD C, LT 10, JARDIM CALIFORNIA, BRASÍLIA, PATOS-PB, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA GERENCIA DE REGULAÇÃO, MARCAÇÃO, REVISÃO E AUDITORIA, TED E VIGILANCIA AMBIENTAL, A CARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PATOS-PB.

Contratado (Nome): Miguel Nobre Cavalcanti Filho

Contratado (CPF): 690.615.644-68

[INFORMAÇÃO DO SISTEMA] Envio Fora do Prazo: Não

| Documento | Informado? | Autenticação |
|---|------------|----------------------------------|
| Comprovante de publicidade | Sim | 9573014dd2be194ad79724f4d45eca6c |
| Comprovantes de regularidade da contratada | Sim | 0ef97bb557276bc13f5f2a871be9a66a |
| Comprovação da existência de dotação orçamentária | Sim | c2ada945687e86ca875ded08e952310e |
| Contrato ou instrumento equivalente | Sim | c7cdd30a5e03ed2a0fdfa81d2b2ffad2 |
| Designação da fiscalização técnica do contrato | Não | |
| Designação do fiscal administrativo do contrato | Não | |
| Designação do gestor do contrato | Não | |

João Pessoa, 05 de Dezembro de 2023



Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB

**Documento:** 119893/23**Subcategoria:** Licitações**Jurisdicionado:** Prefeitura Municipal de Patos**Exercício:** 2023

CERTIDÃO

CERTIDÃO DE ANEXAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 05/12/2023 às 11:46h o usuário TRAMITA (operação automática) anexou o Documento 119896/23 ao Documento 119893/23, tendo sido copiados os seguintes arquivos para os autos eletrônicos do Documento 119893/23:

| Documento | Páginas | Autenticação |
|---|---------|----------------------------------|
| Contrato ou instrumento equivalente | 14 - 24 | c7cdd30a5e03ed2a0fdfa81d2b2ffad2 |
| Comprovante de publicidade | 25 - 26 | 9573014dd2be194ad79724f4d45eca6c |
| Comprovação da existência de dotação orçamentária | 27 | c2ada945687e86ca875ded08e952310e |
| Comprovantes de regularidade da contratada | 28 - 31 | 0ef97bb557276bc13f5f2a871be9a66a |
| RECIBO PROTOCOLO | 32 | b527f509d899e40976707973388af1e8 |

João Pessoa, 05 de Dezembro de 2023**Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB**